



ISSN: 2595-1661

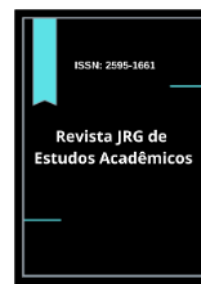
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](http://portal.periodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Sistema municipal de educação na região Amazônica

Municipal education system in the Amazon region

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.2952

ARK: 57118/JRG.v9i20.2952

Recebido: 07/01/2026 | Aceito: 11/02/2026 | Publicado on-line: 12/02/2026

Ana Celia Dora da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-0062-103X>

<http://lattes.cnpq.br/5612048873044992>

Unitins, Brasil

E-mail: celiadora14@gmail.com

José Fernando Bezerra Miranda²

<https://orcid.org/0009-0005-9986-1285>

<http://lattes.cnpq.br/8740725588483348>

Unitins, Brasil

E-mail: jose.fb@unitins.br

Jeany Castro dos Santos³

<https://orcid.org/0000-0002-4479-0839>

<http://lattes.cnpq.br/8912165481099065>

Afiliação Unitins, Brasil

E-mail: jeany.cs@unitins.br



Resumo

Nos últimos anos tem se vivenciado momentos de intensos estudos e reorganização da educação nacional que traçam metas fundamentais para o desenvolvimento de um ensino pautada nos anseios de todos nós, dentre seus objetivos a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa das quais possam refletir positivamente na família, na comunidade e em toda forma de interação da qual fazem parte. Sabe-se que o projeto educacional não está separado do projeto de nação que queremos. Lutamos por uma educação democrática porque queremos consolidar a democracia em nosso município. Constata-se ainda que a escola é o único meio capaz de informar, formar e transformar uma nação, ofertá-la com qualidade para todos significa buscar a garantia dos direitos humanos e da consolidação da autonomia com democracia. O presente documento compõe-se de critérios relativos à organização e funcionamento que dizem respeito principalmente às práticas concretas de um sistema de ensino. Um dos seus objetivos é o de demonstrar as características dos sistemas municipais de ensino como

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Fundação de Desenvolvimento Educacional de Guará (2006). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais, cursando pós graduação em gestão pública Unitins/UaB..

² Doutorando em Educação pelo Educante e mestre em Educação pela UFT, Pós-graduado em Gestão Pública e um MBA em Docência do Ensino Superior e Auditoria contábil. Possui graduações em Pedagogia pela Faculdade UNIASSELVI, em Administração pelo Centro Universitário ITOP, e em Contabilidade pelas Faculdades Objetivo.

³ Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos pela FAESP, Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior pela ULBRA. Bacharel em Sistemas de Informação pelo CEULP/ULBRA, Licenciada em Matemática pela UNITINS, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga - FUNIP.



um meio a ser utilizado para instituir de fato a democracia educacional. Este trabalho é parte de um olhar nas ações e políticas educacionais constituídas no âmbito dos municípios, focalizando a importância da criação do Sistema Municipal de Ensino e as repercussões desta decisão frente à atuação do Conselho Municipal de Educação. A discussão analisa a estruturação do sistema municipal a partir dos textos das leis que os criam.

Palavras-chave: Democracia, Sistema, Educação, Autonomia.

Abstract

In recent years, there has been an experience of moments of intense study and reorganization of national education, which establish fundamental goals for the development of teaching grounded in the aspirations of all of us. Among its objectives is the formation of individuals capable of assuming a critical and creative stance, through which they can positively impact the family, the community, and every form of interaction in which they take part. It is known that the educational project is not separate from the project of the nation we desire. We fight for a democratic education because we want to consolidate democracy in our municipality. It is also evident that the school is the only means capable of informing, educating, and transforming a nation; offering it with quality to all means seeking the guarantee of human rights and the consolidation of autonomy with democracy. This document consists of criteria related to organization and operation that mainly concern the concrete practices of an education system. One of its objectives is to demonstrate the characteristics of municipal education systems as a means to be used to effectively establish educational democracy. This work is part of an examination of educational actions and policies developed within municipalities, focusing on the importance of creating the Municipal Education System and the repercussions of this decision on the role of the Municipal Council of Education. The discussion analyzes the structuring of the municipal system based on the texts of the laws that establish them.

Keywords: Democracy; Education System; Education; Autonomy

1. Introdução

A educação é a principal ferramenta de mudança em qualquer sociedade. Uma nação onde a educação permeia com qualidade é consequentemente um povo com a perspectiva de vida melhor. A educação é fundamental na formação de nossas crianças, sendo que, somente através da educação é que poderemos vislumbrar a esperança de um futuro melhor, mais justo, e menos desigual, com menos violência, mais trabalho, e estabilidade na vida de todos os brasileiros.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Com isso a efetivação dos direitos acima mencionados só será possível se houver de fato boa vontade política e participação real da sociedade.

Uma das principais ações que os governos municipais devem se articular é para a criação de seu sistema próprio de educação, cuja finalidade é a efetivação do princípio da gestão democrática que requer mecanismos próprios da participação do cidadão na atividade deliberativa, na formulação e implementação de políticas públicas educacionais,



conduzindo dessa forma ao exercício da cidadania por meios de formas estruturadas e instituídas de participação social, e sem dúvida a criação do Sistema de Educação, tendo como consequência instituição dos conselhos municipais de educação como instância que efetiva a gestão democrática e fazendo com que a realidade educacional local seja devidamente respeitada e trabalhada.

Baseando se nessa percepção a União passou a incentivar e apoiar os municípios a criarem seus sistemas de ensino, como forma de organização e regulação do espaço de autonomia dos municípios e dos conselhos municipais de educação.

2. Metodologia

Os métodos utilizados nessa pesquisa foram determinantes para a conclusão deste, sendo:

- **Pesquisa Bibliográfica** – Fundamenta-se, a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos disponíveis em bases de dados. Serve para fundamentar teoricamente um estudo e compreender o que já foi produzido sobre o tema.
- **Pesquisa Documental** – Tipo de pesquisa que utiliza **fontes primárias**, ou seja, documentos que não passaram por tratamento analítico prévio. Exemplos: relatórios, atas, fotografias, cartas, prontuários, documentos institucionais, legislações.
- **Exploratória** – Tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. É usada quando o tema ainda é pouco conhecido. Geralmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas iniciais, análise de casos e observações.
- **Qualitativa** – Possibilita a compreensão profunda de fenômenos, considerando significados, percepções e subjetividades. Não se baseia em dados numéricos. Utiliza entrevistas abertas, observação participante, análise de conteúdo, entre outros métodos. Severiano, afirma que:

Como se viu, a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Tem assim elementos gerais que são comuns a todos os processos de conhecimento que pretenda realizar, marcando toda atividade de pesquisa. Mas, além da possível divisão entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, ocorrem diferenças significativas no modo de se praticar a investigação científica, em decorrência da diversidade de perspectivas epistemológicas que se podem adotar e de enfoques diferenciados que se podem assumir no trato com os objetos pesquisados e eventuais aspectos que se queira destacar. Por essa razão, várias são as modalidades de pesquisa que se podem praticar, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica, para o seu adequado desenvolvimento. (Severiano, 2013)

O autor acima deixa muito claro que a pesquisa como instrumento de investigação, não só elucida situações problemas ou experimentos, mas também produz nos indivíduos o prazer pela busca do conhecimento propriamente dito, e além disso, a pesquisa é indispensável para a eficiência do resultado do objeto de estudo, sendo ele qual for, evidencia de forma prática o privilegio do aprendizado.



3. Resultados e Discussão

Conclui – se, que instituir como política pública a democratização dos Sistemas de Ensino e a criação dos Conselhos de controle social é uma das mais resultantes até hoje. Uma vez que permitiu aos seus municípios a participação na tomada de decisões com relação ao ensino ofertado, observando tanto a questão de criação e implementação de leis e normas que norteiam a educação, como também na compreensão de como se constrói uma educação pautada na condução de cidadãos capazes de se sobressair nas diversas fases da vida.

4. Conclusão

A educação é sem sombra de dúvidas o meio mais eficaz na edificação de uma sociedade mais justa, mais igualitária e por consequência menos excludente. A sociedade é de total acordo que somente por meio da educação o mundo circundante pode se tornar um local mais propício para a convivência humana. No entanto, essa relevante importância da educação tem assumido proporções muito elevadas, pois as unidades de ensino, com o passar dos tempos tornaram-se cada vez mais responsáveis pela formação total do cidadão. Tal afirmativa é feita tomando como pressuposto, que às escolas tem cabido o papel de ensinar, além dos conteúdos programáticos, uma série de assuntos que deveriam antes ser trabalhados pela família.

O cumprimento de tudo o que a Constituição de 1988 previa com relação à organização do Estado e à gestão pública, tanto na questão educacional como nas diversas outras áreas dos serviços essenciais garantidos nesta mesma lei, significava uma mudança. Com isso colocou – se de imediato a exigência de que os processos decisórios se tornassem os mais democráticos e transparentes possíveis e a utilização dos recursos para os investimentos públicos levassem em conta os critérios de eficiência e eficácia. Seguiu-se a necessidade de ser criadas instâncias de participação para que a execução orçamentária e das políticas públicas se fizessem com o acompanhamento e a fiscalização da população, permitindo chamar de controle social da gestão de políticas.

Diversas formas de políticas públicas foram pensadas e criadas com a finalidade exclusiva de que a sociedade fosse o principal condutor de ações de controle social, isso para que as decisões participativas e democráticas viessem de fato acontecer; dentre elas a sistematização própria do ensino.

Como educadores clamam - se por uma escola pública, universal, gratuita e de boa qualidade, isso sem cair no erro de reivindicações repetidas que reforçam e legitimam as políticas oficiais, sem se sentirem vítimas e superando a reprodução de práticas da velha escola manufatureira. Apesar de um sistema de ensino antagônico com nossas concepções sociais, a escola é campo de luta e é no embate das forças políticas, na contradição resultante dessas, que podem- se analisar e problematizar as propostas vigentes.

Com a criação dos sistemas de ensino os Municípios e Estados puderam também desenvolver o trabalho educacional com mais especificidade. Uma vez que suas estratégias de trabalho são realizadas especialmente de acordo com a realidade do aluno, sendo assim, atendendo e respeitando as diversidades encontradas em todos os meios de convívio social. Também vale ressaltar que neste mesmo processo é necessário que haja uma relação continua com as diretrizes preconizadas pelos demais entes federados. Afinal, a proposta da educação formal é preparar os indivíduos de forma integral e para a vida.

No Brasil existe um grande número de municípios que instituíram seus conselhos municipais de educação e conseqüentemente seus sistemas, mas, no entanto, não exercem sua função no cumprimento de suas obrigações perante a organização do sistema



educacional, deixando explícito que foram criados apenas para atender exigências de lei, mas de fato não tem funcionalidade, continuam emanados nas diretrizes e estrutura do Estado. No Estado do Tocantins é comum no encontro dos conselhos municipais realizado pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, debater essa temática. Os representantes dos municípios são convidados a dialogarem e buscarem a autonomia e atuação do conselho.

Referências

- AZANHA, J.M.P. Planos e Políticas de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 85, p. 7078, maio/1993.
- BORDIGNON. Genuíno. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano / Genuíno Bordignon. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação Cidadã; 3)
- EDUCAÇÃO. Plano Municipal de. Pedro Afonso – Tocantins/ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – 2015
- EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais - Pró-Conselho: guia de consulta / coordenação geral de articulação e fortalecimento institucional dos sistemas de ensino. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004
- GENTILINI. João Augusto. e SCARLATTO Elaine Cristina: Políticas Públicas: Fundamentos
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a Organização Escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- Severino, Antônio Joaquim, 1941. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB; e-PUB.
- SILVA, João Carlos. História da Educação: O Tema da Escola Pública No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Anais VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UNICAMP: Campinas, 2009. CD-ROM.